

Bruno Gardner, Ketlyn Stefanovic, Pedro Farme d'Amoed e Roberto Santos

Londres, 24 de junho de 2026 - O Brasil precisa praticamente dobrar os investimentos em infraestrutura para atender às necessidades de desenvolvimento, e o setor segurador pode ser um dos principais viabilizadores desse avanço, reduzindo riscos, atraindo capital privado e ajudando a evitar a paralisação de obras.

No último ano, o país investiu cerca de R\$ 280 bilhões no setor — o equivalente a 2,3% do PIB —, mas o desenvolvimento nacional exige um aporte adicional de pelo menos R\$ 220 bilhões anuais. Diante desse cenário, o mercado de seguros ganha protagonismo ao oferecer a previsibilidade necessária para a execução de projetos de longo prazo.

O tema “Seguros e Proteção à Infraestrutura” abriu o 2º Fórum Brasil-Reino Unido de Seguros, realizado em Londres, na última terça-feira, 23. O debate contou com a presença de Bruno Gardner, Head de Climate Change and Nature da Phoenix Group/Standard Life; Ketlyn Stefanovic, diretora da Junto Seguros; e Pedro Farme d'Amoed, CEO da Guy Carpenter no Brasil. A mediação foi de Roberto Santos, presidente do Conselho da CNseg.

A convergência com o capital de longo prazo

“O seguro desempenha um papel essencial ao proporcionar previsibilidade e confiança para investimentos de longo prazo”, destacou Roberto Santos na abertura do painel.

De acordo com Bruno Gardner, há uma sintonia natural entre os projetos de infraestrutura e o perfil dos investidores institucionais, como seguradoras de vida e fundos de previdência. Esses ativos são atrativos por sua grande escala, horizontes longos e fluxos de receita previsíveis após a construção.

O maior desafio, contudo, reside na fase inicial das obras, onde os riscos são mais elevados. É aqui que o seguro se torna decisivo, especialmente ao reduzir incertezas, elevar a confiança dos investidores. “Além disso, ele abre espaço para mecanismos inovadores como garantias de reforço de crédito, melhorando, inclusive, a nota de crédito dos projetos”, avalia Gardner.

O avanço do Seguro Garantia e o combate às obras paralisadas

O cenário brasileiro ganhou um importante aliado com a nova Lei de Licitações e o aperfeiçoamento do seguro garantia com cláusula de retomada, dispositivo que permite à seguradora assumir e concluir a obra em caso de inadimplência da empreiteira.

Ketlyn Stefanovic lembrou que o Brasil ainda lida com mais de 11 mil obras públicas paralisadas ou inacabadas, segundo dados do Tribunal de Contas da União (TCU).

“Precisamos evoluir na alocação e gestão dos riscos dos contratos para garantir previsibilidade e assegurar que os projetos sejam efetivamente entregues à população. O seguro deixou de atuar apenas como mecanismo de indenização e passou a desempenhar um papel ativo na conclusão dos projetos”, afirmou Stefanovic.

Reflexo disso é o aquecimento do mercado: o seguro garantia arrecadou R\$ 6,3 bilhões em prêmios

em 2025 e deve encerrar este ano entre R\$ 6,7 bilhões e R\$ 7 bilhões, impulsionado por concessões em rodovias, ferrovias e saneamento.

Validação de projetos e "segundo par de olhos"

Pedro Farne d'Amoed ressaltou que o setor de seguros atua em uma posição dupla e estratégica: como investidor e como mitigador de riscos. Ao analisar a viabilidade dos empreendimentos, o mercado funciona como um "segundo par de olhos".

Para ele, essa auditoria e validação ajudam a avaliar riscos de execução e trazer mais confiança ao poder público e privado; expandir a proteção para áreas de responsabilidade civil, licenciamento ambiental e riscos climáticos; e alinhar interesses em um mercado onde mais de 75% dos investimentos em infraestrutura no Brasil já contam com capital privado.

“O Brasil tem, além de um problema com as 11 mil obras paradas, a necessidade de fomentar cada vez mais a formação de capital bruto. Precisamos dobrar, possivelmente, os níveis de investimento para chegar em volumes, por exemplo, recomendados pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), e o mercado de seguros é fundamental para juntar esse ecossistema. Ele pode prover capital, recursos e, acima de tudo, prover garantia para destravar e atrair mais o investidor, sobretudo em projetos de longo prazo”, destaca.

Para o CEO da Guy Carpenter Brasil, o setor segurador vai dar aval, um segundo par de olhos na subscrição do risco, na avaliação da qualidade do risco, e que pode destravar uma série desses investimentos que são tão necessários para o mercado. “Que tipo de riscos esse tipo de ativo vai ter na hora do poder público, por exemplo, concedendo uma infraestrutura? Que tipo de proteção tem que se colocar, que volume de proteção tem que se colocar? O mercado de seguros está bem-posicionado para dar esse apoio”, finaliza.

Sustentabilidade e resiliência climática

O painel também jogou luz sobre o impacto das mudanças climáticas nos investimentos. Os debatedores concordaram que o seguro é fundamental para viabilizar projetos de transição energética, adaptação climática e resiliência urbana.

Ao oferecer proteção e credibilidade para novas tecnologias e iniciativas sustentáveis, o mercado segurador transforma projetos inovadores em investimentos de longo prazo viáveis e seguros. A união entre robustez regulatória, evolução do seguro garantia e maior participação das seguradoras desenha o caminho para acelerar o crescimento sustentável e modernizar a infraestrutura do Brasil, concluíram.

Fonte: [CNseg](#), em 24.06.2026.